
Radiografia das rádios comunitárias do Maranhão: desvios e dissonâncias¹

Priscilla Pereira da COSTA²
Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA

RESUMO

Nos 25 anos de vigência da Lei 9.612/1998, entende-se que a ideia de democratização não consegue assegurar o direito à comunicação observado nas várias problemáticas cotidianas das rádios comunitárias maranhenses. Tem como espaço empírico 48 rádios comunitárias maranhenses. Para percorrer a trajetória utilizamos a perspectiva crítica e a pesquisa bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com comunicadores e comunicadoras populares, dirigentes ou lideranças das rádios comunitárias. O campo empírico da investigação aponta a predominância no território maranhense de rádios comunitárias desviantes e dissonantes.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; comunicação; mídia; rádios comunitárias; democratização.

1 INTRODUÇÃO

O artigo propõe expor parte da pesquisa sobre a radiografia das rádios comunitárias do Maranhão: desvios e dissonâncias, ao analisar a configuração das emissoras comunitárias diante da Lei 9.612/1998 a partir dos dados e informações coletadas no espaço empírico maranhense, destacando pontos controversos e contraditórios da radiodifusão comunitária experimentada no Maranhão.

2 METODOLOGIA

Na pesquisa empírica, entre o rol de procedimentos, realizamos entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado em tópicos (Duarte; Barros, 2011). As entrevistas³ foram à distância⁴ e/ou presencial com comunicadores e comunicadoras

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisadora doutora em políticas públicas pela UFMA e Relações Públicas, e-mail: piticacosta@hotmail.com

³ A ida ao campo para realizar algumas entrevistas e visitar às rádios ocorreu em 2022, depois da maior flexibilização da pandemia da *Corona Virus Disease 2019* (COVID-19). A pesquisa de campo iniciou em fevereiro de 2022, sendo a maior parte dos dados coletados ao longo do ano.

⁴ A plataforma *Google Meet* e o aplicativo *WhatsApp* foram utilizados de acordo com a preferência dos entrevistados e entrevistadas. Maior parte das entrevistas foram realizadas à distância devido ao prazo e custos.

populares, representantes das instituições mantenedoras das rádios comunitárias maranhenses e com o presidente do movimento da radiodifusão comunitária no estado do Maranhão, representado pela Abraço-MA (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias seção Maranhão). Nas entrevistas presenciais, foram realizadas visitas às instalações das rádios comunitárias, além disso, fizemos escutas das programações e observação on-line das emissoras⁵.

A partir de dados disponíveis no Ministério das Comunicações (MCom) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), fizemos o recorte da pesquisa dentro do universo das rádios comunitárias maranhenses com autorização de outorga, e cruzamos com informações da Abraço-MA. As rádios comunitárias maranhenses pesquisadas foram mapeadas considerando a divisão que a Abraço-MA efetua, que são dez regionais representativas das demandas do movimento no Maranhão, a saber, Alto Turi e Gurupi, Baixada, Baixo-Parnaíba, Maranhão Central, Cocais, Mearim, Munim-Lençóis, Sertão, Sul e Tocantina, e a Ilha de São Luís.

São 190⁶ registros de rádios comunitárias autorizadas no Maranhão no sistema da Anatel. Desse quantitativo, selecionamos 48 rádios comunitárias para serem pesquisadas, por considerar um recorte representativo para observação e reflexão sobre a realidade delas no Maranhão. Em cada regional da Abraço-MA (dez) consideramos alguns aspectos para a escolha das emissoras nos municípios, tais como: três primeiros com maior população; menor população; com mais de uma rádio comunitária e população semelhante numericamente junto ao desenho midiático tradicional. No Maranhão existem 167 desertos de notícias situados em municípios pequenos (média de sete mil habitantes) e muitos deles estão fundamentalmente condicionados às informações da televisão aberta e do rádio.

Assim, foram pesquisadas sete rádios comunitárias no Munim-Lençóis; 11 na Baixada; oito no Maranhão Central; três no Baixo Parnaíba; uma no Cocais; duas no Sertão; uma no Alto Turi e Gurupi; quatro na Tocantina; três no Mearim e seis no Sul. Já na Ilha de São Luís, onde está localizada a capital maranhense, foram pesquisadas mais

⁵ Grande parte da escutas on-line das programações foram feitas em 2023.

⁶ Na listagem da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (maio de 2023) é possível ver cadastro de algumas emissoras duplicadas com registro no Maranhão e mais em outro estado, isso pode ser o indicativo da diferença de emissoras a mais quando cruzamos com informações levantadas durante a pesquisa, que resultou no quantitativo 176 emissoras nas regionais e mais 12 na ilha de São Luís, totalizando 188.

duas rádios comunitárias, uma em São Luís e a outra no município São José de Ribamar (região metropolitana).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para estabelecer a radiografia das rádios comunitárias do Maranhão, no primeiro momento, percorremos o estudo crítico das categorias democracia e participação a partir das reflexões de autores clássicos sobre as concepções de democracia, como Moses Finley, Rousseau, Schumpeter, Carole Pateman, David Held, Marx e Engels. No campo da comunicação, com o objetivo de discuti-la e dialogá-la com a democracia, buscamos as análises de autores críticos como Venício de Lima, Dênis de Moraes, Cicília Peruzzo, Murilo César Ramos entre outros.

Além disso, o referencial gramsciano auxiliou no entendimento de que a comunicação e os meios de comunicação funcionam como aparelho privado de hegemonia, ponto basilar para o diálogo, crítica e compreensão do embate que as rádios comunitárias travam a partir da ideia de democratização. Utilizamos a revisão bibliográfica sobre o tema de estudo, fazendo uma análise sobre a legislação em comunicação, pesquisas em documentos oficiais do MCom e da Anatel, em artigos e matérias, em sítios na internet sobre a radiodifusão comunitária.

4 ANÁLISE E PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

Diante da regulamentação da Radiodifusão Comunitária (RadCom), analisamos as particularidades e singulares das rádios comunitárias do Maranhão a partir de nove pontos, que estão correlacionados e são vivenciados no campo empírico com desvios e dissonâncias determinantes para o distanciamento da ideia de democratização no Maranhão pela Lei 9.612/98. Antes, a pesquisa traçou um breve panorama geográfico e quantitativo das RadCom e um pouco da mídia tradicional que as circunda no cenário maranhense.

A quantidade de rádios comunitárias maranhenses com previsão legal para funcionamento é de 162, com 150 cidades cobertas, o que indicaria uma distribuição até satisfatória para um estado com 217 municípios e que estaria com uma cobertura de quase 70% de rádios comunitárias. Porém, na realidade vivenciada os números ocultam rádios comunitárias sem funcionamento, fora do ar, somente na amostra são 40 no ar, além do que, os desertos de notícias podem ser ampliados quando as rádios comunitárias

existentes reproduzem uma comunicação distante dos princípios da RadCom, sobretudo na prática do jornalismo local.

No panorama, numericamente, temos 67 cidades sem rádios comunitárias autorizadas pelo MCom frente a 150 cidades com emissoras, funcionando ou não. Porém, apesar do número de cidades maranhenses contempladas com rádios comunitárias ser quase três vezes mais, o Maranhão possui 167 desertos de notícias que equivale a uma proporção de 77%.

São cidades pequenas com população mediana de sete mil habitantes que têm lacunas informacionais de serviços ou acontecimentos da realidade local, além de baixa cobertura de internet. Nelas a radiodifusão tem um peso relevante e preponderante na construção da subjetividade, no debate público, no acesso às informações, entre outros.

No panorama das rádios comunitárias maranhenses, os nove pontos de análise, entre eles, um tipo de RadCom e outros caminhos; origem e vinculações (em destaque a política partidária); a criminalização e marginalização; adversidades cotidianas; financiamento; desvirtuamentos; desvios e dissonâncias nas programações; participação e vinculação com o movimento das rádios comunitárias representado pela Abraço-MA e a legislação de RadCom, nos permitiram delinear uma análise mais acentuada sobre emissoras.

A partir dessa distribuição das rádios comunitárias maranhenses temos a controvérsia da legislação da RadCom que vincula e delimita a atuação de uma rádio comunitária apenas à questão geográfica, ou seja, estabelece um tipo de rádio comunitária, aquela vinculada a uma comunidade que é determinada somente pelo recorte territorial.

Dessa maneira, para as rádios comunitárias maranhenses, um recurso diante do alcance e cobertura restrita foi adentrar na *web* e utilizar as plataformas digitais. Todas as emissoras têm acesso à internet banda larga e é muito rotineiro a parceria com empresas para uso comum da torre/antena.

A opção de adentrar na *web* e no uso de plataformas digitais indicam a tentativa de agregar novos públicos, que poderiam estar inacessíveis pelas limitações geográficas e da possibilidade de emissoras comunitárias que estão fora do ar, como a Comunica Alcântara (Alcântara). As rádios comunitárias maranhenses consideram que a presença nos ambientes virtuais, funcionando on-line, possibilita atrair mais apoios culturais diante de um alcance para além das fronteiras físicas.

Apesar da presença virtual, as rádios comunitárias maranhenses que adentram nesse ambiente concentram particularidades. Uma delas é relativo aos endereços eletrônicos, que raramente possuem menus com informações sobre as emissoras. Os sítios apenas demarcam a presença e/ou servem para a escuta on-line e/ou direcionamento para plataforma Rádios Net. Além de existirem as dificuldades de manutenção desses espaços virtuais, como os sítios e aplicativos, observadas a partir da verificação do não funcionamento deles.

Em mais um ponto de análise, referente à origem e vinculações das rádios comunitárias maranhenses, a maioria delas tem média 20 anos de atividade, muitas com os prazos da autorização de outorga vencidos ou até já renovaram as autorizações, as emissoras surgem basicamente para suprir uma necessidade de comunicação motivadas por iniciativas populares ou individuais.

Nesse contexto, algumas rádios comunitárias são impulsionadas e estruturadas dentro da articulação política partidária, uma grande parte das rádios comunitárias maranhenses se erguem dessa maneira. As lideranças, que se tornam os principais ou únicos dirigentes das emissoras, geralmente ora ocupavam ou ocupam cargos políticos de vereadores ou de prefeitos. A vinculação e proximidade de políticos também impulsionou a tramitação da legalização de várias rádios comunitárias no estado. Em várias regionais, emissoras tiveram a tramitação da autorização de outorga rapidamente, com durações de um, dois, três e quatro anos.

Considerando a criação das emissoras, no mínimo 11 rádios comunitárias maranhenses pesquisadas⁷ foram articuladas dentro da política partidária, tendo seus dirigentes, à época, no exercício dos cargos de vereadores ou prefeitos. Em 26 delas⁸, metade da amostra da pesquisa, houve algum apoio parlamentar no processo da concessão das autorizações das outorgas.

Assim, dos nove pontos analisados perante a Lei 9.612/1998, no Maranhão foram constituídas mais rádios comunitárias desviantes, ou seja, aquelas que se afastam dos princípios comunitários, com perfis similares às rádios comerciais, sendo apropriadas por interesses privados, e rádios dissonantes, aquelas que estão desacordo em vários

⁷ Rosário FM, Pacas FM, Diamantina FM, Rio Farinha FM, Alvorada FM, Tropical FM, Peri-Mirim FM, Pop FM, Porto Rico FM, São José FM e Atividade FM.

⁸ Pacas FM, Barreirinhas FM, Cidade de Icatu FM, Rosário FM, Lençóis FM, Diamantina FM, Babaçu FM, Arco-Íris FM, Dehon FM, Dom Romero FM, Santa Inês FM, Alvorada FM, Balaiada FM, Peri-Mirim FM, Central FM, Porto Rico FM, Pop FM, Progresso FM, Sacoã FM, Uru FM, Sertão FM, Máxima FM, São José FM, Atividade FM, Rio Farinha FM, Primavera FM.

princípios e finalidades, mas que surgem dentro de iniciativas mais amplas e populares e que experenciam, por exemplo, iniciativas nas programações de democratizar informações e podem vir a ser instrumentos da comunidade desde que resolvidas as problemáticas quanto ao financiamento.

Na verdade, na experiência maranhense, a ideia da democratização por meio das rádios comunitárias segue distante. As rádios comunitárias e o movimento da RadCom, por meio da Abraço-MA, continuam diariamente perdendo a luta e tentando sobreviver, apesar disso, a regulamentação não foi um erro, uma vez que avançar algumas posições dentro da conjuntura, mesmo limitada, é fundamental, e é o espaço estreito onde as lutas podem se materializar.

5 CONCLUSÃO

Nas considerações finais, com a radiografia das rádios comunitárias, apontamos aspectos relevantes e reflexões sobre a radiodifusão comunitária no Maranhão, retomando a hipótese, relacionando à democracia, aos limites estruturais da democracia moderna imbricados na formação social brasileira, a fim de compreender que ideia da democratização das rádios comunitárias diante da Lei 9.612/1998 constituiu emissoras que se afastam dos princípios e finalidades comunitários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Agência Nacional de Telecomunicações. **Sistema de controle de radiodifusão**: consulta geral. Brasília, DF: Anatel, 2023c. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Priscilla Pereira da. **Rádios comunitárias e lutas sociais pela democratização da comunicação no Maranhão**. 2023. 666 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.